

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.462 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2002



Marina relatou projeto sobre licença-maternidade

Adoção dará direito a licença-maternidade

A trabalhadora que adotar uma criança poderá ter direito a 120 dias de licença, conforme projeto que modifica a CLT, aprovado ontem pelo Senado. Os senadores acolheram também duas propostas da CPI do Futebol que regulamentam atividades ligadas ao esporte.

PÁGINA 3

Heloísa e Valadares saúdam vitória da oposição em MP

Heloísa Helena e Antonio Carlos Valadares comentam a “derrota inesperada” do governo na votação do projeto de conversão apresentado à medida provisória que alonga as dívidas rurais.

PÁGINA 7

Plenário discute hoje projeto sobre coligações

PÁGINA 2



Iris Rezende (entre os deputados Moroni Torgan e Marcos Rolim) preside a Comissão Mista de Segurança

COMISSÃO MISTA DE SEGURANÇA

Aprovadas normas para evitar a superlotação de presídios

A Comissão Mista de Segurança Pública aprovou ontem proposta de reforma do sistema penitenciário que visa, entre outros objetivos, evitar que os presídios continuem superlotados. De acordo com o texto, o juiz de execução penal passará a ser responsabilizado criminalmente pela superlotação dos estabelecimentos sob sua competência.

O deputado Marcos Rolim, que apresentou a proposta à comissão, informou que há hoje no país um total de 240 mil presos e um déficit de 96 mil vagas nos presídios, além de 300 mil mandados de prisão para serem cumpridos. O texto aprovado inclui direitos dos presos, como o de não se desnudar em público para revista nem ser acorrentado ou amarrado.

PÁGINA 5



Presidida pelo senador Freitas Neto (C), a Subcomissão de Cinema discutiu a situação das TVs por assinatura

Subcomissão debate taxa para TV por assinatura

PÁGINA 2

Senado discute projeto que revoga a decisão do TSE sobre coligações

De autoria de Renan Calheiros, a proposta visa ampliar as possibilidades de alianças regionais, que estavam limitadas aos acordos nacionais segundo resolução do Tribunal Superior Eleitoral

O projeto de decreto legislativo que revoga a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), limitando as coligações partidárias estaduais às alianças nacionais, será discutido hoje em Plenário. O projeto visa ampliar o leque de alianças regionais para as eleições de 2002, o que poderá favorecer as candidaturas presidenciais. De autoria do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), e com parecer favorável de Amir Lando (PMDB-RO), a matéria tramita em regime de urgência e deve ser votada na próxima terça-feira.

Durante a Ordem do Dia de ontem, Calheiros chegou a propor que fosse suprimido o interstício

previsto no Regimento para a votação do projeto. A idéia, porém, não foi aprovada pelos líderes.

A criação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), também será colocada em discussão. O projeto de lei da Câmara tem parecer favorável do senador Luiz Otávio (PPB-PA).



A proposta de Renan Calheiros tramita em regime de urgência

Fotos: Roosevelt Pinheiro

Também serão discutidos em turno único dois projetos de resolução da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que autorizam a concessão de garantia, pelo Tesouro, de créditos externos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento

(BID). Um deles, contratado pelo Banco do Nordeste do Brasil

(BNB), no valor de US\$ 240 milhões, é destinado ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste. O outro, no valor de até US\$ 900 milhões, é contratado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e se destina ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas.

Outros dois projetos de resolução, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), modificam decisões do Senado com o objetivo de ampliar a capacidade de endividamento de estados e municípios no âmbito da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Proposta reduz alíquota das TVs por assinatura para a Condecine

O senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) sugeriu uma redução no percentual de 11% a ser pago pelas TVs por assinatura sobre a veiculação de filmes estrangeiros para a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Condecine). A proposta foi apresentada durante audiência pública da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, ontem.

Saturnino argumentou que a proposta evitará que as televisões por assinatura sejam sobrecarregadas, sem que se abra mão dos recursos destinados à Agência Nacional do Cinema. O novo percentual seria definido pela subcomissão. O senador também quer reabrir as discussões sobre a participação das TVs abertas na Condecine.

O senador entende que, no momento, esta possibilidade torna-se mais viável, levando-se em conta a perspectiva da entrada do capital estrangeiro no setor, com

a aprovação da MP que permite a sua participação, em até 30%, na mídia nacional. Aprovada em dois turnos na Câmara, a matéria está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

As propostas foram bem aceitas pelos demais senadores e por três dos convidados para a audiência pública. A voz discordante foi André Schivartche, representante da Neo TV. Ele disse que o setor vê com preocupação a instalação da Ancine.

— O nosso empreendimento pertence ao ramo da iniciativa privada e não vemos com bons olhos uma instituição para regular nossas atividades — afirmou. Para ele, a cobrança da taxa para a Condecine poderá destruir as TVs por assinatura no Brasil.

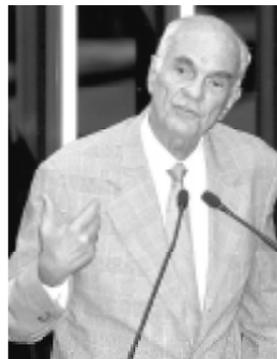
A mesma preocupação é partilhada por Abel Puig, presidente da Associação Brasileira dos Programadores de Televisão por Assinatura (ABPTA). Apesar de reconhecer a importância da criação de um

órgão como a Ancine, cuja atribuição é o fomento, a regulação e a fiscalização da indústria cinematográfica, ele advertiu:

— O setor deve contribuir para o desenvolvimento de indústria audiovisual auto-sustentável, mas essa contribuição deve ser proporcional à nossa capacidade contributiva.

Puig concordou com o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) que qualificou como “muito ruim” a programação das TVs por assinatura. No entanto, para ele, o modelo desse tipo de televisão é que é o responsável pela má qualidade da programação.

Para Tony Venturi, do Congresso Brasileiro de Cinema, a criação da Ancine é “o marco zero” para o audiovisual brasileiro, onde todos



Saturnino foi o autor da sugestão, durante audiência pública

ganharão a médio e longo prazos.

— Vamos expandir o conteúdo nacional, multiplicar os empregos e até os filmes estrangeiros serão beneficiados com o aumento do número de salas que deverá ocorrer.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) manifestou sua confiança “no casamento da TV com o

cinema”. Porém, ele criticou o Congresso, que, segundo disse, deixou de votar, no começo deste ano, as emendas destinadas à Ancine. No entanto, o presidente da subcomissão, Freitas Neto (PSDB-PI), comunicou que pedirá urgência ao senador Paulo Hartung (PSB-ES) para a apresentação do parecer ao projeto que abre o orçamento fiscal para um crédito de R\$ 6,7 milhões, destinados à Ancine.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2002

PLENÁRIO

9h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 6/02, dispõe sobre as eleições gerais de 2002; PLC nº 152/01, dispõe sobre a criação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); PLC nº 4/02, acrescenta incisos aos artigos 10 e 11 da Lei nº 9.394/96, que estabelece os diretrizes e bases da educação nacional; PR nº 5/02, autoriza o Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco do Nordeste do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 240 milhões, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE II); PR nº 7/02, autoriza o Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor equivalente a até US\$ 900 milhões, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); PR nº 3/02, altera a redação dos artigos 4º, parágrafos 3º e 4º; 5º, V, 9º, 13, *caput*, 15, *caput*, 16 e 21; bem como revoga os artigos 8º e 43, todos da Resolução nº 43/01, que dispõe sobre operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; e PR nº 4/02, altera o parágrafo 3º e revoga o parágrafo 4º do art. 2º da Resolução 40/01, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição federal.

PREVISÃO

Segunda-feira
14h30 — Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 27/01, acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco; entre outras

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 3/00 (tramitando em conjunto com as PECs nºs 12/00 e 14/01), altera o *caput* e os parágrafos 4º, 6º, II, e 7º, e acresce o parágrafo 8º ao artigo 57 da Constituição federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária); entre outras

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

Quarta-feira

17h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CCJ reexaminará redução do número mínimo de deputados

A proposta de emenda à Constituição do senador Álvaro Dias (PDT-PR) que estabelece a redução de oito para quatro do número mínimo de deputados federais por estado será reexaminada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A decisão foi tomada ontem pelo Plenário, após longa discussão em que ficou clara a oposição à proposta por parte dos parlamentares de regiões menos populosas.

O primeiro a subir à tribuna para condenar a proposta, que se encontrava em primeiro dia de discussão, foi o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA). Para ele, eventual aprovação da medida seria um "crime contra a Federação".

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que, uma vez aplicado de forma absoluta o princípio da representatividade, São Paulo deveria ter 115 deputados, e não os 72 atuais. E questionou se, em algum momento, a bancada paulista teria agido contra os interesses dos estados menos desenvolvidos.

Em resposta, Ornélas afirmou que a bancada do PT manifestou-se contra a medida provisória que garantiu incentivos à criação de indústria automobilística no Nordeste.

REPRESENTATIVIDADE

O senador Tião Viana (PT-AC) considerou a proposta uma "afronta ao princípio da representatividade". Ele disse "sentir na pele", especialmente durante as



Álvaro quer reduzir para quatro a representação mínima por estado na Câmara dos Deputados

negociações da Comissão Mista de Orçamento, a dificuldade de obter recursos para um estado de menor peso político.

Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) concordou e lembrou que os deputados de São Paulo obtêm, com suas emendas individuais, mais verbas para seu estado do que todos os representantes da Região Norte somados.

Amir Lando (PMDB-RO) sustentou a tese de que a extensão territorial dos estados precisa ser levada em conta. "Aqueles que defendem a redução de nossas bancadas têm olhos para a densidade demográfica, não para a imensidade geográfica."

A mesma observação foi feita por Chico Sartori (PSDB-RO) e pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), que anunciou a intenção de "fazer o impossível" para evitar a aprovação da proposta.

Proposta de emenda divide a opinião dos senadores

Ao recordar brincadeiras feitas por colegas de estados mais ricos, segundo as quais seria "uma moleza" eleger-se ao Senado pelo Acre, a senadora Marina Silva (PT-AC) observou que precisa fazer longas viagens para encontrar cem eleitores em seu estado, enquanto em São Paulo pode-se conversar com muito mais gente em uma estação de metrô. A senadora propôs a adoção de uma política de discriminação positiva em defesa das regiões menos desenvolvidas do país.

Essa política, disse o senador José Fogaça (PPS-RS), já existe. Não apenas no que se refere à representação política, mas também no que diz respeito ao acesso a recursos federais, como é o caso dos fundos constitucionais de de-

envolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. "Não acho isso errado, mas considero defensável a redução do número de deputados, embora sem alterar a atual distribuição das bancadas", observou.

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) elogiou a decisão da Assembléia Nacional Constituinte de impor um piso de oito deputados para a representação de cada estado. Por sua vez, José Eduardo Dutra (PT-SE) advertiu para o risco de as minorias não conseguirem representação nos estados menores, caso seja aprovada a proposta. As eleições para deputado em estados de menor população, concordou Sebastião Rocha (PDT-AP), passariam a ter caráter de eleição majoritária.

Vai à sanção projeto que dá licença a mãe adotante

Aprovada ontem por unanimidade pelo Plenário do Senado, proposta que modifica CLT dá 120 dias para quem adotar uma criança

Por unanimidade, os senadores aprovaram ontem projeto de lei que regulamenta a licença-maternidade e estende o benefício à trabalhadora que adotar uma criança. Já aprovada pela Câmara, a proposta, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), segue agora para sanção do presidente da República.

De acordo com o projeto, a trabalhadora que adotar criança de até 1 ano de idade, ou tiver a guarda judicial dela para fins de adoção, terá direito a licença de 120 dias. Na adoção de criança de 1 a 4 anos, a licença será de 60 dias. Se a criança tiver de 4 a 8 anos, o benefício será de 30 dias. O salário-maternidade é garantido em todos os casos.

A senadora Marina Silva (PT-AC), relatora da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), argumenta que a licença-maternidade não se destina apenas à recuperação da mãe que deu à luz. Para a senadora, a importância do período de ausência remunerada está em dispensar os cuidados



Marina Silva relatou o projeto na Comissão de Assuntos Sociais



Mozarildo Cavalcanti: preocupação em ver a lei em vigor

necessários à criança.

— No caso da adoção, de crianças de qualquer idade, esses cuidados são importantíssimos, uma vez que a adaptação à nova realidade, tanto da mãe quanto da criança, é mais difícil e trabalhosa. O primeiro período de desenvolvimento infantil é de extrema importância no que concerne às ligações afetivas estabelecidas pela criança.

A relatora afirma ainda que a proposta atende ao princípio constitucional e ao Estatuto da Criança e do Adolescente segundo o qual filhos naturais e adotivos têm os mesmos direitos.

— Não é demais insistir que, se ao filho natural é assegurado o direito ao convívio da mãe nos primeiros meses de vida, o mesmo direito deve ser atribuído ao

filho adotivo, pois do contrário estaremos afrontando a lei.

PARTO

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), autor de uma das matérias que tramitavam em conjunto com a proposta da Câmara, observou que a maioria das trabalhadoras aproveita a licença-maternidade apenas para o período pós-parto. Ele disse que sua proposta pretendia fazer com que a licença fosse tirada oito semanas antes do parto, para um melhor acompanhamento da fase final da gravidez. Mozarildo retirou o pedido de destaque para alteração da proposta de forma que o projeto possa ser transformado em lei o quanto antes.

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) lembrou ter defendido o direito das mães adotivas quando foi ministro da Previdência e Assistência Social. A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) comemorou o envio da proposta à sanção. "Do ponto de vista emocional, é mais relevante conceder a licença-maternidade à mãe adotiva que à mãe natural", afirmou.

Para Casildo Maldaner (PMDB-SC), a nova lei poderá garantir à criança o carinho e a educação necessários para seu futuro.

Plenário aprova sugestões da CPI do Futebol

Na sessão de ontem, o Plenário aprovou duas propostas da CPI do Futebol que regulamentam as atividades de profissionais ligados ao esporte. O agente esportivo e o árbitro de futebol passam a ser profissões, com critérios para seu exercício. As matérias seguem agora para apreciação da Câmara dos Deputados.

O agente esportivo, de acordo com o projeto, é o profissional especializado na intermediação de serviços, na representação e na negociação da transferência de atletas e eventos. Somente profissionais registrados junto ao Ministério do Esporte e Turismo, Banco Central e Secretaria da Receita Federal, com contrato descreven-



A CPI do Futebol propôs a regulamentação das profissões de agente esportivo e árbitro de futebol

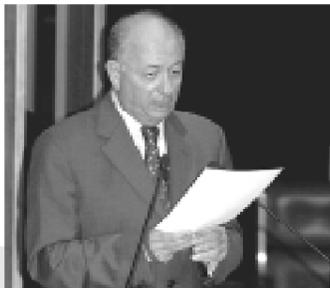
do suas competências em relação ao clube ou atleta que representam, poderão exercer a atividade.

Além disso, a CPI propôs que os agentes que tenham receitas anuais ou negócios com valores superiores a R\$ 600 mil elaborem demonstrações financeiras de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas e registrem a origem e os beneficiários das movimentações financeiras.

Com relação aos árbitros de futebol, o projeto determina que regulamento deverá definir a habilitação e os requisitos necessários para o exercício da profissão. A CPI também facultou aos árbitros a possibilidade de eles se organizarem em associações profissionais e sindicatos e de prestarem serviços às ligas e entidades relacionadas ao futebol.

LIGAS DE FUTEBOL

Requerimento do senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) aprovado na sessão determinou que o projeto de lei da CPI que estabelece regras para a administração transparente das ligas e entidades relacionadas ao futebol, estabelecendo as responsabilidades dos administradores, que estava na pauta, seja examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes de ser votado em Plenário.



José Guiz

Apoio da sociedade à política de racionamento de energia foi destacada por José Jorge

José Jorge faz balanço de sua gestão no MME

O senador José Jorge (PFL-PE) fez ontem um balanço de sua atuação à frente do Ministério de Minas e Energia, detendo-se especialmente no episódio do racionamento de energia, no qual destacou a contribuição da sociedade e a atuação, que qualificou como serena e oportuna, da equipe do governo Fernando Henrique Cardoso, em particular do ministro Pedro Parente, que presidiu a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

Apesar de considerar que a situação crítica foi superada com sucesso, o senador referiu-se a fatos relacionados com a crise, enfatizando a importância de o Senado refletir sobre o acontecido como forma de evitar situações semelhantes no futuro. Entre as causas para o racionamento, ele mencionou o fato de o sistema energético do país estar centrado nas hidrelétricas, o que deixa o país vulnerável sempre que as condições climáticas são desfavoráveis, como aconteceu no ano passado, quando os reservatórios das usinas estavam baixos.

Entre as soluções apontadas por José Jorge para evitar o risco de colapso no abastecimento estão a construção de termelétricas e o investimento em fontes alternativas de energia, como solar e eólica.

Aparteando, o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) disse que o governo não poderia se eximir do desconforto que causou à população com o racionamento, mas concordou com José Jorge em que o problema serviu de alerta e gerou novos hábitos na população. Ele elogiou a atuação do senador à frente do ministério.

Também o senador Romero Jucá (PSDB-RR) ressaltou o desempenho de José Jorge, principalmente pela capacidade do então ministro de articular e negociar em uma situação complicada e urgente.

Ornélas apóia PEC que cria fundo para o São Francisco

Proposta de emenda à Constituição discutida em segundo turno é de iniciativa de Bernardo Cabral e objetiva revitalização do rio

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) elogiou ontem em Plenário a proposta de emenda à Constituição do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que prevê a criação de um fundo para a revitalização do Rio São Francisco. Ele recordou que o debate da matéria, que está sendo discutida em segundo turno, coincidia com a celebração do Dia da Água.

— Os recursos a serem obtidos com a aprovação dessa proposta seriam poucos, algo como R\$ 220 milhões por ano, mas podem servir para alavancar contrapartidas a financiamentos de organismos internacionais. O importante é que o São Francisco, uma artéria vital para o Nordeste, não fique à mercê dos governos de plantão — afirmou o senador.

Ocorreu também ontem o quinto e último dia de discussão em primeiro turno de proposta de emenda constitucional do então senador Jader Barbalho que amplia o ano legislativo — teria início em 5 de janeiro e se encerraria em 20 de dezembro, com intervalo em julho — e extingue pagamen-



Fotos: José Guiz



Para Waldeck Ornélas (E), fundo proposto por Bernardo Cabral evitará que o Rio São Francisco fique "à mercê dos governos de plantão"

to extra aos parlamentares durante os períodos de convocação extraordinária.

CONCURSO PÚBLICO

Duas outras propostas de emenda à Constituição tiveram iniciada a discussão em Plenário. A primeira, de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), prevê que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público, ressalvado o desenvolvimento

funcional do ocupante. Na justificativa, o senador argumenta que o princípio do concurso público não deve ser usado para impedir a instituição de uma verdadeira carreira no serviço público.

A outra proposta em debate, de autoria de Bernardo Cabral, estabelece que o número de deputados de cada assembleia legislativa nunca será inferior ao número de vereadores da câmara municipal da capital do estado.

Valadares pede rapidez na votação da proposta

Ao enaltecer a importância da água doce para o desenvolvimento e o bem-estar mundiais, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu ontem a imediata aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria que destina percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para ações de revitalização do Rio São Francisco.

Valadares lembrou que, no dia 22 de março, celebra-se o Dia Mundial da Água, patrocinado pelas Nações Unidas, que, em 2002, escolheu o tema "Água para o Desenvolvimento". Somente 3% da água do mundo é doce, sendo que apenas 1% é de superfície, estando o restante em geleiras ou no subsolo. O Brasil é um país privilegiado, porque detém 16% desse potencial aproveitável, observou Valadares.

Segundo o senador por Sergipe, infelizmente tal riqueza está mal distribuída, porque a Região Norte — com 10% da população

— armazena 62% dessa água, enquanto o Nordeste, com 30% da população, tem apenas 3%. Resulta dessa desproporção, disse o parlamentar, a necessidade imperiosa de revitalização do São Francisco, a maior fonte de abastecimento de água da região que enfrenta, neste momento, desmatamento em suas nascentes, assoreamento crescente e salinização em sua foz.

DECISÃO DA ANA

Antonio Carlos Valadares aplaudiu a decisão da Agência Nacional de Águas (ANA) de cobrar pelo uso dos rios, a partir do ano de 2002. Os primeiros usuários a pagarem pelo uso da água são os que utilizam a Bacia do Rio Paraíba do Sul (180 municípios nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), uma região onde se concentra 13% do PIB e há 8 mil indústrias e 5,2 milhões de habitantes. Em breve, três novas bacias passarão a ter cobrança: São Francisco, rios

Doce e Piracicaba/Capivari/Jundiá, registrou o senador, informando que todo o dinheiro arrecadado será investido na recuperação dos seus leitos.

Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) lamentou que o Brasil não tenha sabido negociar no cenário mundial, usando essa enorme riqueza natural que é a água. O país gasta metade de seu orçamento anual com o serviço da dívida e poderia obter recursos para o seu desenvolvimento de maneira mais criativa, afirmou.

Também aparteando, o senador José Jorge (PFL-PE), ex-ministro de Minas e Energia, disse que o governo brasileiro convenceu-se da enorme relevância do São Francisco, tendo decidido retirar a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) do programa de privatizações e usar integralmente seu lucro — cerca de R\$ 700 milhões anuais — no desenvolvimento do Nordeste.



Roosevelt Pinheiro

Paulo Souto quer estender jurisdição da agência a todas as rodovias federais

Projeto de Paulo Souto amplia atuação da ANTT

Já está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei do senador Paulo Souto (PFL-BA) que estabelece a responsabilidade da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) na supervisão e regulação de todas as rodovias federais, e não apenas das que são cedidas a terceiros. Com isso, a proposição pretende sanar um lapso da lei sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, que limitou a competência das agências reguladoras às atividades exercidas por terceiros, excluindo o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) do âmbito da regulação e da fiscalização da ANTT e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

O texto em vigor estabelece que são objetivos das agências nacionais de Regulação dos Transportes Terrestre e Aquaviário, entre outros, "regular ou supervisionar, em suas respectivas esferas e atribuições, as atividades de prestação de serviços e de exploração da infra-estrutura de transportes, exercidas por terceiros (...)". O projeto substitui a expressão *exercidas por terceiros* por *exercidas direta ou indiretamente pelo poder público*.

Souto lembra que, "ancoradas nos princípios de isenção e independência", as agências reguladoras devem operar mais como instrumento de Estado que de governo. "Não por acaso, dispõem (as agências) de independência administrativa, autonomia financeira e funcional, e seus dirigentes detêm mandato", observou. Para o senador, não há por que limitar a atuação dessas agências aos contratos de concessão, permissão ou autorização firmados com terceiros. "Nesse caso, a que instância recorreriam os usuários de vias de transporte operadas diretamente por órgãos governamentais?", indagou.

Depois de analisado pela CCJ, o projeto será enviado à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para votação terminativa.

Reforma penitenciária passa na comissão

Conforme proposta acolhida pela Comissão Mista de Segurança, juiz de execução penal será responsabilizado pela superlotação. Mudança garante direitos aos presos, como o acesso a livros na cela e dormir no escuro

O juiz de execução penal vai passar a ser responsabilizado criminalmente pela superlotação dos presídios sob sua competência. Isso é o que propõe novo texto da Reforma do Sistema Penitenciário Nacional e da Lei de Execução Penal, aprovado ontem pela Comissão Mista de Segurança do Congresso Nacional, em reunião presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO). Também foi aprovado, por consenso, artigo que proíbe o desnudamento do preso em público, quando da

necessidade excepcional de revista íntima corporal. O preso também não poderá ser acorrentado ou amarrado.

O projeto, elaborado por um grupo de trabalho e apresentado à comissão pelo deputado Mar-



O presidente da comissão, senador Iris Rezende (C), dirigindo-se ao deputado Marcos Rolim, disse acreditar que em dois anos será possível construir novos presídios

cos Rolim (PT-RS), prevê, também, a inviolabilidade da correspondência para o presidiário, o que significa que a revista será feita na sua presença.

O presidiário poderá, ainda, receber em sua cela qualquer livro

de "natureza literária, moral ou religiosa", independentemente do acesso ao acervo da biblioteca do estabelecimento. Poderá também manter em sua cela fotos, pôsteres, cartas, diário ou textos próprios, sem prejuízo das revistas.

do dispositivo obrigando os presídios a manterem espaço adequado e seguro para a realização de audiências eventualmente demandadas pelo Judiciário.

O preso terá direito ainda, segundo o texto da reforma, a dormir no escuro, se assim o quiser. Prevê ainda a nova reforma que não será permitido o porte de armas nem depósito de armamentos no interior do presídio, exceto nos pontos de vigilância.

Na próxima terça-feira, às 17h, a comissão deve discutir outras mudanças na Lei de Execução Penal: artigos 204 e 205 (revista de visitantes dos presídios), e o 112-B (progressão do regime penal para crimes hediondos). O grupo que estudou as mudanças no sistema penitenciário é formado ainda pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e pelos deputados Wilson Santos (PSDB-MT) e Nair Lobo (PMDB-GO).

No país, 240 mil detentos superlotam presídios

Ao chamar a atenção para o problema da superlotação dos presídios no Brasil, o deputado Marcos Rolim (PT-RS) disse que há hoje no país um total de 240 mil presos e um déficit de 96 mil vagas nos presídios. Há, ainda, 300 mil mandados de prisão para serem cumpridos. A criação de uma vaga num presídio exige investimento da ordem de R\$ 20 mil, informou, e a manutenção de cada preso custa entre três e quatro salários mínimos por mês.

O deputado afirmou que as sugestões apresentadas procuram enfrentar problemas reais. Na sua opinião, "em razão da grande insensibilidade reinante", muita gente é levada a pensar que o endurecimento na execução das penas privativas de liberdade oferece algum benefício à sociedade.

— Pelo contrário, o que sabemos,

por nossa experiência de acompanhamento da vida prisional, é que soluções do tipo aumentam a tensão interna nos estabelecimentos prisionais e reforçam o arbítrio de seus administradores e a violência de seus agentes — explicou.

Rolim argumentou, ainda, que maior rigor na execução das penas serve também "para que os familiares dos apenados sejam humilhados, para que a própria instituição da pena se afaste definitivamente de uma pretendida missão ressocializadora e para que se multipliquem assassinatos, motins, revoltas e fugas em massa nos presídios".

A constante humilhação do preso, como ocorre nas prisões brasileiras, disse o deputado, contribui para agravar o problema nas prisões, sem gerar qualquer benefício à sociedade. Ele observou que parlamentares que atuaram

muitos anos no setor, como as deputadas Zulaiê Cobra (PSDB-SP) e Maria Laura Carneiro (PFL-RJ) concordam que é preciso mudar a forma de tratamento dos presidiários, "trazendo-os para um plano mínimo de dignidade".

Segundo o deputado, na grande maioria dos presídios, os homens têm de se submeter a revistas constantes, completamente nus, obrigados a ficar "em posição de quatro", tendo o ânus verificado com bastões, pelos agentes penitenciários, para verem se não escondem ali alguma coisa. Suas visitas, quando mulheres, são também obrigadas a passar por vexames como o de ter a vagina examinada pelas guardas prisionais, observou. Para Rolim, "a sociedade brasileira se esqueceu de que o preso é uma pessoa, um ser humano, e colhe hoje o fruto desse esquecimento".

Tião Viana é contra punição a pai que leve filho a pedir esmola

O senador Tião Viana (PT-AC) manifestou ontem sua apreensão com proposta em exame na Comissão Mista de Segurança, de considerar criminosos, sujeitos a pena de 2 a 6 anos de reclusão, os pais que permitirem que seus filhos fiquem nas ruas pedindo esmolas.

Para se adotar medida dessa natureza, segundo Tião Viana, é preciso "muita reflexão e uma análise sociológica, antropológica e jurídica", pois "não é proibindo as crianças pobres do Brasil de ficarem nas ruas pedindo um pouco de comida, ou um alento para a sobrevivência de suas famílias" que o Parlamento contribuirá para diminuir a violência no país.

Ao contrário, acrescentou, a medida pode comprometer o trabalho da comissão de dar uma res-



Para Tião Viana, não é apenando os pais que Congresso vai contribuir para redução da violência

posta ao anseio da sociedade por redução da violência.

— O Parlamento tem que ser ouvidor da sociedade, tem que ser o representante de seus anseios, e essa matéria me parece fugir à lógica do que é a realidade brasileira — advertiu.

Ação contra garimpeiro em reserva preocupa Moreira

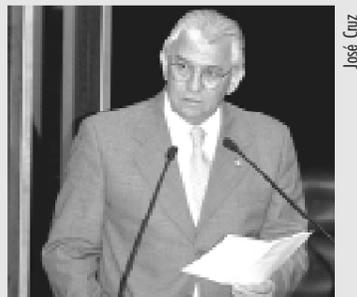
O senador Moreira Mendes (PFL-RO) manifestou ontem sua apreensão com ação da Polícia Federal nas terras dos índios Cintas-Largas, em seu estado, para a retirada de 3 mil garimpeiros que exploram ouro no local. O senador disse ter recebido a informação da prefeita Lúcia Teresa, de Espigão d'Oeste.

Embora reconhecendo que a Polícia Federal precisa cumprir sua missão, uma vez que os garimpeiros não podem atuar dentro de uma reserva, o senador pediu que os 80 agentes da PF que estão no local procurem evitar confrontos. "Que os danos não sejam maiores do que os já causados ao meio ambiente", disse.

Moreira Mendes também fez um apelo para que a Câmara dos Deputados aprove projeto de lei do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que propõe a regulamentação das atividades mineradoras em reservas indígenas. O que está acontecendo em Rondônia, na opinião do senador, deve-se ao fato de o projeto ainda não ter sido discu-

tido e aprovado pelos deputados.

— Imaginem o drama causado hoje àqueles 3 mil garimpeiros que lá estão porque houve, no mínimo, omissão da Funai. Serão causados sérios problemas para o município, para a prefeita e para a comunidade, tanto quanto para os garimpeiros e para os índios — afirmou.



Moreira pediu aprovação de projeto sobre mineração em terra indígena

Comissão quer avaliar planos para prédio do TRT paulista

Projeto de retomada da construção do fórum trabalhista de São Paulo exigirá a destinação de mais R\$ 44 milhões

A Comissão Mista de Orçamento decidiu convidar ministros de tribunais, a Ordem dos Advogados do Brasil e o engenheiro-chefe do Banco do Brasil para conhecer os planos de retomada das obras do fórum trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Os dois prédios, na cidade de São Paulo, foram motivo de uma CPI do Senado, que apontou desvios de R\$ 169 milhões em sua construção, envolvendo o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto e o ex-senador Luiz Estevão.

O presidente da comissão, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), marcará, após a Semana Santa, a data da reunião com os responsáveis pelas obras do TRT. Ontem, a Comissão de Orçamento aprovou requerimento do deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) com os convites dirigidos ao presidente do TST, ministro Almir Pazzianotto Pinto; ao presidente do TRT de São Paulo, Francisco Antônio de Oliveira; ao diretor-administrativo do mesmo tribunal, César



Carlos Bezerra deverá marcar para o próximo mês a reunião com os responsáveis pelas obras

Augusto Gili; ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Rubens Approbato Machado; ao secretário-geral da OAB-SP, Valter Uzzo; e ao coordenador da equipe de engenharia do Banco do Brasil, Joaquim Andrade Filho.

Depois da CPI, foi instaurado processo contra os responsáveis pelos desvios, e o presidente da República criou uma comissão para decidir o que fazer com os prédios. Ficou acertado que o Banco do Brasil será o responsável por sua conclusão e, por isso, a Comissão de Orçamento está

convidando o engenheiro-chefe do BB. Os engenheiros do banco calculam que serão ainda necessários R\$ 44 milhões para que os prédios estejam prontos para receber 90 varas trabalhistas.

No mês passado, o presidente do TST, Almir Pazzianotto, decidiu repassar R\$ 8,6 milhões para a retomada das obras. A verba sairá do total de R\$ 17,6 milhões que a Comissão de Orçamento destinou a todos os investimentos do TST. Pazzianotto explicou que estava destinando quase todas suas verbas ao fórum trabalhista de São Paulo tendo em vista a precariedade das instalações de prédios alugados no centro de São Paulo para abrigar as varas do trabalho. Só as despesas com aluguel chegam a R\$ 6 milhões por ano.

Entretanto, o redirecionamento do dinheiro depende de aprovação do Congresso. O presidente da República havia colocado no orçamento enviado ao Congresso recursos de R\$ 15 milhões para o TRT-SP, mas os deputados e senadores reduziram as verbas para R\$ 900 mil, entre outros motivos porque o Tribunal de Contas da União ainda mantém o Fórum Trabalhista na lista de obras sob investigação.

Ministros convidados a discutir informatização de escolas

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem requerimento de convocação dos ministros da Educação e das Comunicações, Paulo Renato Souza e Pimenta da Veiga, para que mostrem saídas para a paralisação do programa destinado a colocar 290 mil computadores em 13 mil escolas públicas de ensino médio do país, todos ligados à Internet. A compra dos computadores foi suspensa por decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), depois de questionamentos de deputados e senadores de oposição.

O problema surgiu assim que os parlamentares constataram que o edital de compra dos computadores só permitia a participação das cinco grandes concessionárias de serviços de telecomunicações do país, excluindo qualquer empresa fabri-

cante de componentes de informática. O edital foi preparado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), cujo presidente, Renato Guerreiro, também foi convidado a participar da audiência pública na comissão, logo após a Semana Santa.

A situação chegou a tal ponto porque a Anatel insiste em comprar os serviços de computação, e não os computadores, argumentando que a lei não a autoriza a adquirir produtos. Assim, quem ganhasse a concorrência colocaria os computadores nas escolas e daria manutenção, mas os equipamentos jamais iriam pertencer às redes de ensino.

Esse não foi o único obstáculo enfrentado pelo programa do governo de colocar computadores nas escolas. No segundo semestre do ano passado, deputados opositores questionaram tam-

bém a programação dos computadores, os quais teriam de conter o Windows, da Microsoft, para eles privilégio inaceitável a uma multinacional. O governo negociou com os parlamentares, aceitando a inclusão de programas alternativos nos computadores.

O requerimento para a audiência pública na Comissão de Orçamento é de autoria dos deputados Virgílio Guimarães (PT-MG), Sérgio Miranda (PCdoB-MG) e Jorge Bittar (PT-RJ). Sérgio Miranda acredita que, durante os debates com os ministros, possa ser encontrada uma solução para o programa, financiado pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que recebe 1% do faturamento das concessionárias de telecomunicações.

Requião diz que obra de ponte no Paraná foi superfaturada

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) denunciou em Plenário o que classificou como superfaturamento da obra recentemente inaugurada da ponte de Porto Camargo, no Paraná. Ele criticou ainda a ampla publicidade feita em jornais de todo o país pelo governo estadual e a presença, na inauguração, do presidente Fernando Henrique Cardoso.

— O que se festeja hoje é a corrupção e o sobrepreço. A construção dessa ponte não tinha que ser discutida aqui na tribuna do Senado da República. Essa discussão deveria ser travada numa delegacia de polícia, que iria apurar o superfaturamento e mandar os corruptos responsáveis pelo sobrepreço da obra para a cadeia — afirmou Roberto Requião.

O senador fez comparação entre a ponte de Porto Camargo e uma outra, cuja licitação promoveu quando governador do Paraná, ligando Guaíra a Mundo Novo, no Paraguai. Ambas estão sobre o mesmo Rio Paraná, observou, mas o preço de constru-



Requião denuncia "corrupção e sobrepreço"

ção das duas obras foi bem diferente.

A ponte de Guaíra, disse Requião, custou ao governo do Paraná R\$ 31 milhões. Como a obra tem 3.997 metros de extensão, cada quilômetro custou menos de R\$ 10 milhões. A ponte inaugurada pelo governador Jaime Lerner, comparou o senador, teve o custo total de R\$ 63 milhões. Uma vez que a nova ponte tem 2.926 metros, cada quilômetro custou aos cofres públicos do Paraná aproximadamente R\$ 21 milhões.

Segundo Requião, a construção da ponte de Porto Camargo foi iniciada durante o período em que era governador do Paraná o senador Álvaro Dias (PDT-PR), sucedido pelo próprio Requião. Ao assumir o governo, recordou, a obra estava parada havia oito meses, provavelmente por pressão que os empreiteiros teriam feito por reajuste. O senador disse que não retomou a construção para que o contrato caducasse e os preços pudessem ser rediscutidos.

Jucá comemora indicadores da economia brasileira

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), vice-líder do governo, destacou os indicadores positivos da economia brasileira, que, observou, não foi contaminada pela crise da Argentina. Jucá citou a redução dos indicadores internacionais de risco do Brasil de 1.256 pontos, em outubro do ano passado, para 700 pontos, neste mês de março.

— O país está sendo mais bem visto na comunidade internacional, graças ao comando firme do presidente Fernando Henrique Cardoso e da equipe econômica —, disse o senador, em dis-



Jucá: "O país está sendo mais bem visto"

curso feito ontem.

Romero Jucá pediu a transcrição, nos Anais do Senado, do editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* que aponta os indicadores positivos da economia brasileira. — Além da redução nos indicadores de risco, temos outras boas notícias, como a redução em 0,25 ponto na taxa de juros, o que se vem repetindo em todas as reuniões do Copom (Comitê de Política Monetária). —

O senador elogiou também o Plano de Carreira do Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Parga deixa vice-liderança do governo

O senador Bello Parga (MA) comunicou, por meio de ofício lido em Plenário ontem, seu desligamento da condição de vice-líder do governo no Senado, pela bancada do PFL.

Valadares: governo foi derrotado na votação de MP

Senador comemora aprovação de emendas antes rejeitadas na Câmara. Ele obteve sucesso em todos os pedidos de destaque feitos durante a apreciação do projeto de conversão da medida provisória que alonga as dívidas do crédito rural

Maguito anuncia voto contrário a projeto que flexibiliza a CLT

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) criticou ontem a intenção do governo de aprovar projeto que flexibiliza normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ele disse considerar inaceitável que algumas conquistas dos trabalhadores, alcançadas ao longo de décadas, sejam ameaçadas sob a desculpa de que geram entraves para o desenvolvimento.

— O que o governo tenta aprovar é uma afronta a sérios direitos trabalhistas, como férias, adicional de 25% da hora de trabalho noturno, carga horária, irredutibilidade de vencimentos e forma de pagamento das férias. Apesar



Maguito Vilela critica "afronta a direitos trabalhistas"

das alegações de que isso fortalecerá os sindicatos, o que acontecerá é a abertura para negociação de todos os demais direitos — alertou.

Para o senador, o argumento do Executivo é tanto mais falacioso quando se verifica que os sindicatos são frágeis diante do poder dos empresários. Sob ameaça de demissões, afirmou, os empregadores poderão tolher empregos e salários.

Na opinião de Maguito, o grande

vilão para o desenvolvimento da economia é a carga tributária.

— Vestir-se de coragem cívica e liderar uma ampla reforma tributária, solidária com os municípios e que dê competitividade aos empresários, isso, sim, é o que o governo deve fazer — recomendou Maguito, anunciando que irá votar contra o projeto que flexibiliza as normas da CLT.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apoiou o discurso de Maguito, enfatizando que as deficiências do sistema tributário podem ser verificadas pela CPMF, criada para ser provisória e tornada imprescindível para o equilíbrio das contas públicas.

ESTRADAS

Maguito manifestou satisfação por ter recebido, recentemente, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, relatório das ações de restauração e recapamento de vários trechos de rodovias em Goiás e em outros estados que vinham apresentando péssimas condições de tráfego.

Ministro vai falar sobre restrições ao aço brasileiro

Na presidência da sessão de ontem, o primeiro vice-presidente do Senado, Edison Lobão, anunciou a realização, às 15h do dia 16 de abril, de uma sessão destinada a ouvir o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, sobre questões relacionadas com o mercado internacional do aço.

A presença do ministro foi solicitada pelos senadores Paulo Hartung (PSB-ES) e Romero Jucá (PSDB-RR), que querem obter informações sobre os efeitos, na economia brasileira, das medidas protecionistas adotadas pelos Estados Unidos. O ministro encaminhou aviso ao Senado colocando-se à disposição para ex-



Edison Lobão comunicou que ministro será ouvido no dia 16

plicar a posição do Brasil e as medidas que serão adotadas pelo governo frente à questão.

“Pela primeira vez, todas as emendas apresentadas pela oposição e derrubadas na Câmara dos Deputados foram aprovadas no Senado, numa derrota inesperada para o governo”, celebrou ontem o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), vitorioso em todos os pedidos de destaque que fez durante a votação do projeto em que se converteu a medida provisória que alonga as dívidas do crédito rural.

Entre as emendas aprovadas, Valadares destacou a que concede desconto sobre a parcela da dívida paga até o vencimento, aplicado nas seguintes proporções: dívidas contratadas até 31 de dezembro de 1994 — rebate de 40%; contratadas no ano de 1995 — rebate de 27%; em 1996 — rebate de 19%; em 1997 — rebate de 17%; e contratadas em 1998 — rebate de 14%.



Antonio Carlos Valadares aponta “derrota inesperada para o governo”

Depois de lembrar que essa emenda foi rejeitada na Câmara e aprovada no Senado mediante destaque de sua autoria, o senador disse que a correção das dívidas feitas com recursos dos fundos constitucionais foi extremamente perversa, porque incorporou índices de correção alheios à evolução da rentabilidade

Heloísa saúda vitória “fantástica” da oposição

Definindo como “fantástica” a vitória que a oposição teve na votação do projeto de conversão da medida provisória que alonga as dívidas do crédito rural, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) comemorou o fato de terem sido retirados do texto todos os dispositivos que privilegiavam os grandes produtores e dificultavam a situação dos pequenos.

Referindo-se à vitória como inesperada, ela disse que o projeto ago-



Heloísa Helena diz que mudanças ajudam pequeno produtor

ra estendeu aos agricultores do Norte e Nordeste os mesmos benefícios com que a MP contemplava os produtores do Sul e Sudeste, e ressaltou que a maioria dos devedores nordestinos são vítimas da seca que, de 1998 a 2001, sacrificou a região.

Heloísa Helena comemorou sobretudo as emendas que mudaram o artigo 7º do projeto de lei de conversão. O texto dizia que os gestores dos fundos constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Cen-

tro-Oeste poderiam prorrogar parte da dívida dos seus mutuários. A senadora lutou, em várias discussões da matéria, para excluir o termo “parte”. Excluído o termo, toda a dívida desses produtores poderá agora ser prorrogada. A mesma emenda excluiu as condições impostas para que se faça a prorrogação.

Também objeto da luta de Heloísa, foi excluída do mesmo artigo 7º a exigência de que, para renegociar seus débitos, os mutuários deveriam estar adimplentes com suas obrigações até junho de 2002. Com a exclusão da exigência, qualquer devedor poderá agora procurar os gestores dos fundos constitucionais para prorrogar seus débitos.

do setor agropecuário. O desconto aplicado agora visa corrigir tais distorções, explicou. Valadares também se referiu à emenda que alonga o prazo de adesão dos produtores para renegociar débitos. Pelo texto da MP, o prazo ia até o dia 31 de março; aprovada a mudança por ele defendida, vai agora até o dia 29 de junho de 2002. Outra mudança aprovada autoriza a União a alongar os débitos das operações contratadas com recursos do Prodec (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados). Da mesma forma, produtores rurais, associações, condomínios e cooperativas da região abrangida pelo Plano de Desenvolvimento do Nordeste foram autorizados a repactuar suas dívidas, qualquer que seja o valor do débito ou a situação do processo de cobrança.

Maldaner quer reforma tributária este ano

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) fez um apelo ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que sejam reduzidos os elevados custos financeiros para o setor produtivo nacional. Na opinião do senador, a indústria brasileira não tem condições de sobreviver com a atual carga tributária, que vem inviabilizando toda a produção.

Casildo Maldaner entende que o caminho natural para que o setor produtivo ganhe novo fôlego e saia de uma situação que beira a insolvência é a reforma tributária, que deveria ser adotada ainda este ano. Sem a diminuição dos impostos,

observou, o empresário continuará a ter sérios problemas.

Para o senador, além de promover a reforma tributária, que levaria à diminuição dos custos, o governo deve incentivar a empresa nacional para que ela possa competir no exterior em igualdade de condições.

“Mas, para que isso ocorra, é necessária a diminuição da carga tributária”, notou.



Para Casildo Maldaner, carga tributária inviabiliza produção

Casildo Maldaner acrescentou que, enquanto os bancos continuam a auferir altos lucros, o setor produtivo, “que emprega, gera renda e divisas para o país”, continua a ser refém da “agiotagem” praticada pelos conglomerados bancários.

— A grita é geral porque os custos financeiros, principalmente os juros, vêm inviabilizando toda a produção — concluiu.

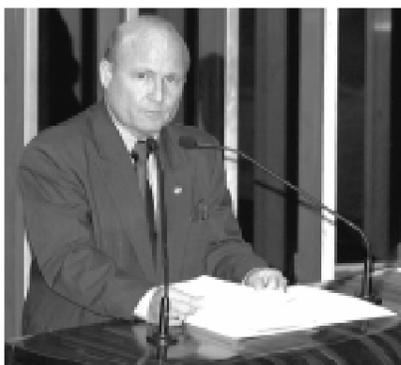
Sebastião Rocha defende a adoção de cotas para negros

Senador informou que já concluiu substitutivo ao projeto que estabelece ações afirmativas em favor de afrodescendentes nas universidades e serviço público

Relator do projeto de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP) que estabelece cotas para a população negra no ingresso nas universidades e no serviço público, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) aproveitou o Dia Mundial de Luta contra a Discriminação Racial, comemorado ontem, para defender a proposta em Plenário.

— A África é o berço, a pátria mãe da humanidade. E o Brasil e os brasileiros muito devem à África e ao povo africano — afirmou o senador.

Sebastião Rocha informou ter concluído seu relatório e apresentado substitutivo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Segundo ele, “o substitutivo estabelece o princípio das



Para Sebastião Rocha, o projeto “é um marco na história do Brasil”

ações afirmativas para a população brasileira afrodescendente”. A intenção é contribuir para a reversão dos índices de desigualdade da população negra com relação aos outros brasileiros.

O senador lembrou que, apesar de os negros representarem pelo

menos 45% da população brasileira, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no ensino superior apenas 2% dos estudantes são negros.

— Embora não se possa dizer que no Brasil nós tenhamos ódio racial, a discriminação está expressa nos índices oficiais.

O projeto, ressaltou, “é um marco na história do Brasil”. Além de estabelecer ações afirmativas na área do ensino e do emprego público, também estabelece a adoção de medidas educativas, para que a população assimile as ações afirmativas, e avança na área da política.

A proposta estabelece, por exemplo, que os partidos deverão criar mecanismos para facilitar a participação de afrodescendentes nas legendas.

Cândido cobra rapidez em processo sobre quilombolas

Ao falar sobre a importância do Dia Mundial de Luta contra a Discriminação Racial, celebrado ontem, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) pediu rapidez no processo que o Ministério Público move contra a Marinha do Brasil no caso do despejo de pescadores negros remanescentes de escravos da Ilha de Marambaia (RJ).

O parlamentar disse que, desde 1971, a Marinha passou a administrar a ilha e perseguir os moradores, que não podem mais cultivar hortas de subsistência nem reformar ou construir casas sem autorização.

— Vamos esperar que a Marinha tenha se modernizado e que o processo movido pelo Ministério Público garanta os direitos dos quilombolas de meu estado. Mas vamos também ser vigilantes, para garantir que a Constituição se cumpra, para conceder verbas para o processo de titulação, e cobrar maior rapidez da Fundação Cultural Palmares nos processos que já iniciou — disse.

O Ministério Público, segundo Cândido, exigiu que a Fundação Palmares — entidade vinculada ao

Ministério da Cultura — inicie imediatamente a identificação dos descendentes de escravos e a titulação das terras ocupadas pela comunidade negra na ilha. Embora já tenha identificado 743 comunidades remanescentes de quilombos no país, a fundação, afirmou, tituló apenas 29. No Rio de Janeiro foram somente duas, disse. E mesmo com os pareceres favoráveis, Marambaia “está no final de uma lista extensa e burocrática”.

PROPRIEDADE

Para Geraldo Cândido, “pior que a morosidade” do governo federal em garantir os direitos dessa comunidade é o papel da Marinha, “que além de perseguir os moradores começou a expulsá-los”, com o argumento de que a ilha é propriedade da União. O senador argumenta, citando a Constituição, que a União, que inclui a Marinha, “reconhece a propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras”.

Cândido lembra ainda que duas leis estaduais reconhecem o direi-



Geraldo Cândido informou que processo está sendo movido pelo Ministério Público contra Marinha

to da comunidade negra de Marambaia sobre suas terras, reconhecida não como quilombola, mas como de pescadores tradicionais pelas leis fluminenses.

— A Marinha do Brasil ignorou não apenas a dignidade dessa comunidade, mas feriu leis.

O parlamentar citou dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) segundo os quais, dos 23 milhões de brasileiros que vivem em extrema pobreza, aproximadamente 70% são negros. De acordo com a pesquisa, mais de 16 milhões de negros estão em situação de indigência ou miséria. Dos 10% mais ricos, os negros são apenas 15%.

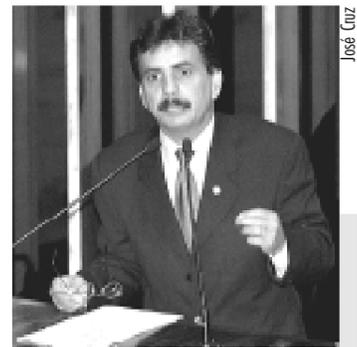
Geraldo Cândido disse que, apesar das leis que qualificam a discriminação e o racismo como crime, quase não há condenações.

Para Ademir, representante da ONU falou a verdade

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou a reação “aparentemente indignada” do governo às declarações feitas esta semana pelo relator-especial da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, Jean Ziegler. O senador reconheceu que as palavras do representante da ONU, que visitou regiões do interior do país por 18 dias, foram duras, “mas verdadeiras”.

Ademir lembrou que Ziegler apontou as desigualdades sociais brasileiras e antecipou que iria recomendar em seu relatório a criação de uma comissão de controle de direitos humanos voltada para as carências alimentares. Ainda de acordo com o senador, o representante da ONU pediu a implementação de política de renda mínima no Brasil. E contabilizou 135 mil mortes violentas e a ocorrência de 40 mil assassinatos por ano no país, dizendo que, para a ONU, 15 mil mortos por ano já são indicador de guerra.

— Em vez de rebater as críticas e tentar desqualificar aquele que aqui esteve em missão oficial, o governo deveria agir. Tirar do papel, por exemplo, o plano de segurança pública, criado há cer-



Ademir criticou a reação do governo às declarações do relator da Comissão de Direitos Humanos

ca de dois anos e que até agora não foi convenientemente posto em prática — afirmou.

Ademir disse que é “vergonhoso ouvir que no Brasil a fome é um genocídio, não uma fatalidade, porque a responsabilidade é de ordem social e não da natureza”. Segundo ele, em vez de aceitar as “imposições do FMI, de promover um superávit absurdo nas contas públicas para pagar juros extorsivos a banqueiros internacionais, o governo deveria fazer investimentos maciços em políticas sociais continuadas, em saneamento e em saúde, e não enganar o povo com programas eleitoreiros”.

Mozarildo aplaude política de educação em Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) aplaudiu ontem a política de educação que o governador de Roraima, Neudo Campos, está implementando no estado. Segundo disse, a figura do professor leigo foi erradicada, há numerosos cursos de formação de docentes de nível médio, inclusive para indígenas, e foi realizado convênio com as universidades federais de Roraima e do Amazonas para a graduação e pós-graduação de professores.

Para Mozarildo, iniciativas como a criação do primeiro Instituto Superior de Educação para formar professores em nível superior, a partir da opção pelo desenvolvimento de competências, já estão dando resultados concretos. “Nesse programa, 40 professores foram enviados para cursarem um programa de mestrado em Cuba, e foi firmado acordo de cooperação técnica com um or-

ganismo congênere na França, o Instituto Universitário de Formação de Professores de Creteil”, relatou.

CAPACITAÇÃO

O senador ressaltou a importância da ajuda de especialistas da Universidade Batista do Sudoeste, do estado de Missouri (EUA), na execução de programa de capacitação dos professores de língua inglesa da rede estadual de ensino. Em 2002, afirmou, os 20 melhores professores foram aos Estados Unidos para receber capacitação especial.

Mozarildo ressaltou que “o esforço criativo e dedicado” do governo de Roraima na busca de alternativas para superar a escassez de verbas tem conseguido, com soluções simples, valorizar e capacitar os profissionais da educação, visando a uma formação de qualidade de crianças, jovens e adolescentes.